



Advocacia-Geral da União



Concurso Público

Advogado da União

Prova **Discursiva P₂** Partes I e II

Aplicação: 19/12/2004

MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém as partes I — **parecer** — e II — **três questões discursivas** — da prova discursiva P_2 , acompanhadas de páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Durante a realização da prova, não será permitida a consulta a nenhum material.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 A duração da prova é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva P_2 .
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o caderno de textos definitivos completo e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **11/2/2005** – Resultado provisório das provas discursivas: Diário Oficial da União, Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **14 e 15/2/2005** – Recursos (provas discursivas): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório das provas discursivas.
- III **11/3/2005** – Resultado final das provas discursivas e convocação para avaliação de títulos e sindicância da vida progressa: locais mencionados no item I.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 14 do Edital n.º 2/2004 – AGU/CESPE/UnB, de 23/7/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

PROVA DISCURSIVA P₂

- Nas partes I (**parecer**) e II (**questões**) desta prova — que valem **dez** pontos cada uma —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas páginas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Na parte I, utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- Na parte II, em cada uma das questões, utilize, no máximo, **vinte** linhas. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.
- Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) página(s) de **TEXTO DEFINITIVO** correspondente(s).

ATENÇÃO! No caderno de **textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I

PARECER

A sociedade de economia mista Alfa, que desenvolve atividade econômica sem monopólio, adquiriu, sem prévia licitação, produto ligado diretamente à atividade que desenvolve no mercado.

Em que pese a aquisição não se enquadrar nas hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, enumeradas na Lei n.º 8.666/1993, a empresa justificou a compra direta, sem licitação, sob os fundamentos de ser ela um ente da administração indireta da União, possuir personalidade jurídica de direito privado e estar o bem adquirido intimamente vinculado à atividade fim da empresa.

Em face do caso apresentado acima, em especial no que tange ao objeto da aquisição e tendo em vista os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, elabore um parecer abordando, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito e objetivo da licitação e conceito e regime jurídico da sociedade de economia mista;
- ▶ necessidade, ou não, de sociedades de economia mista, em situação como a descrita acima, submeterem-se à Lei n.º 8.666/1993.

RASCUNHO PARA O PARECER – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO PARA O PARECER – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARTE II

QUESTÃO 1

Redija um texto dissertativo a respeito do princípio da dignidade humana, abordando, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- ▶ princípio da dignidade humana como limite da atividade dos poderes públicos e como tarefa imposta ao Estado;
- ▶ relação entre o princípio da dignidade humana e os direitos e garantias individuais.

(valor: 3,0 pontos)

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Em 19 de dezembro de 2002, a Emenda Constitucional n.º 39 instituiu, na Constituição Federal, a contribuição destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

Redija um texto dissertativo a respeito da natureza jurídica específica da contribuição mencionada acima.

(valor: 3,0 pontos)

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Analise o seguinte dispositivo hipotético constante de uma Lei Orçamentária Anual da União:

Art. 5.º Na vigência desta lei:

- I – fica autorizado o início de novos investimentos destinados à recuperação da malha rodoviária federal, com duração de até 3 anos;
- II – fica vedada a realização de concursos públicos para provimento de cargos na Administração Pública Federal;
- III – passam a compor o rol de prioridades e metas da Administração Pública Federal os seguintes itens:
 - a) ampliação da oferta de moradias a populações carentes;
 - b) incremento do crédito oficial para a agricultura familiar;
 - c) combate à prostituição infantil.

A respeito do dispositivo hipotético acima apresentado, redija um texto dissertativo que contemple, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ compatibilidade com o conteúdo constitucional das demais peças legislativas orçamentárias;
- ▶ observação dos princípios orçamentários do texto constitucional;
- ▶ controle de constitucionalidade do dispositivo, levando-se em conta a natureza jurídica da lei orçamentária e a jurisprudência.

(valor: 4,0 pontos)

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

